

O setor privado aumenta sua dívida externa

Segundo os dados divulgados pelo Banco Central, a dívida externa do Brasil até novembro do ano passado tinha aumentado 14,6%. Em 1997, ela havia crescido 11,2%. É importante assinalar que a dívida de médio e longo prazo cresceu 22,8% contra 14,9%, em 1997, enquanto a de curto prazo diminuiu 22,1%. A participação do setor público na dívida externa, até novembro de 1998, era de 37,3% do total, contra 42,9% em 1997. A conclusão impõe-se imediatamente: foi o setor privado que se endividou mais.

Os dados relativos à dívida externa de curto prazo referem-se apenas às operações registradas no Banco Central. Nos 11 primeiros meses do ano passado, essa dívida diminuiu US\$ 8, 102 milhões em valor absoluto. Ora,

os dados do balanço de pagamentos registram, no mesmo período, uma saída líquida de capitais de curto prazo no valor de US\$ 30,603 bilhões. Esses dados mostram o volume dos capitais não registrados no BC. Foi a saída desses capitais não registrados que mais contribuiu para o desequilíbrio do balanço de pagamentos em 1998. Para que haja uma maior transparência nas contas externas, seria importante que o Banco Central fornecesse dados pormenorizados sobre a natureza desses capitais, que podemos chamar de desestabilizadores.

Quando, em 1997, na reunião anual do FMI em Hong Kong, fez-se proposta para que se estabelecesse uma plena liberdade do movimento de capitais, o então presidente do Banco Cen-

tral, Gustavo Franco, deixou claro que o Brasil continuaria a fiscalizar o movimento de capitais de curto prazo. A pergunta que se pode fazer diante da especulação registrada no ano passado, é esta: por que o Banco Central, que teria – no dizer de seu antigo presidente – os instrumentos para fiscalizar esses movimentos que se revelaram prejudiciais ao país, não conseguiu impedir a saída desses capitais? É importante que o BC responda a essa questão, e que divulgue com maior clareza qual a natureza desses capitais e quais os meios de que dispõe para controlá-los.

Se a dívida de médio e longo prazo do setor público cresceu 1,6%, a do setor privado aumentou 42,9%. Já em 1997, o setor privado tinha aumentado sua dí-

vida em 55,1%. Tudo indica que o setor privado recorreu ao mercado externo por causa das taxas de juros excessivamente elevadas do sistema financeiro nacional.

Esse aumento justifica uma análise dos efeitos sobre a política cambial de uma política monetária baseada em juros altos. Uma taxa de juros altos provoca o aumento dos empréstimos no exterior, que agravam a situação do balanço de pagamentos.

Nos dados apresentado pelo BC sobre a dívida externa de curto prazo, verifica-se um fato preocupante: as obrigações dos bancos comerciais – na sua maioria linhas de crédito – que somavam no final de novembro US\$ 22,4 bilhões, sofreram uma redução de 22,9%, sinal de desconfiança em relação ao Brasil.